



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 05 de 2025

Projeto de Lei Complementar 05/2025, que
“Dispõe sobre as regras para instauração e
julgamento de processo administrativo para
apurar infrações sanitárias”.

Emenda 01 (supressiva)

Fica suprimida a parte final do texto do artigo 28, passando a contar com a seguinte redação:

Art. 28. Fica instituída a Comissão de Processo Administrativo Sanitário competente para processar e julgar a defesa ou impugnação do Auto de Infração lavrado pela autoridade autuante do referido ato.

JUSTIFICATIVA

Visando melhor adequação do texto proposto, bem como evitar divergências de interpretação, vem a presente emenda suprir parte do referido artigo, uma vez que o conteúdo do mesmo já se encontra em outro dispositivo do texto legal.

Sala de sessões, 18 de fevereiro de 2025.

Ana Claudia Gomes
Vereadora



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 05 de 2025

Projeto de Lei Complementar 05/2025, que
“Dispõe sobre as regras para instauração e
julgamento de processo administrativo para
apurar infrações sanitárias”.

Emenda 02 (supressiva)

Fica suprido o caput do artigo 29 do referido PLC, passando os demais dispositivos seguirem a respectiva ordem cronológica.

JUSTIFICATIVA

Considerando a inexistência de um cargo comissionado para desempenhar a função, visando evitar divergências de interpretação, vem a presente emenda suprimir o referido artigo.

Sala de sessões, 18 de fevereiro de 2025.

Ana Claudia Gomes
Vereadora

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 05 de 2025



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

Projeto de Lei 05/2025, que “Dispõe sobre as regras para instauração e julgamento de processo administrativo para apurar infrações sanitárias”.

Emenda 03 (modificativa)

Fica realocado o parágrafo único do art. 27, passando este a ser § 1º do art. 28 e os §§ 1º e 2º do art. 29, passam a ser o § 2º e 3º do art. 28, contando com a seguinte redação:

Art. 27. O Secretário Municipal de Saúde é a autoridade julgadora de primeira instância e contará com a Comissão de Processo Administrativo Sanitário para apurar os fatos delituosos praticados pelo denunciado.

Art. 28. Fica instituída a Comissão de Processo Administrativo Sanitário competente para processar e julgar a defesa ou impugnação do Auto de Infração lavrado pela autoridade autuante do referido ato.

§ 1º. A comissão será composta por 03 (três) servidores efetivos e estáveis, os quais serão designados mediante decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º. As decisões proferidas sobre as defesas dos autuados contra as ações fiscais de que trata o caput do presente artigo deverão apresentar-se por meio de relatório fundamentado e assinado por todos os membros da Comissão.

§ 3º. A comissão poderá solicitar auxílio de outros técnicos do quadro municipal, requerendo pareceres quanto às áreas de atuação destes, visando o melhor andamento do processo administrativo sanitário.

JUSTIFICATIVA



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

Visando melhor adequação do texto proposto, bem como evitar divergências de interpretação, vem a presente realocar os dispositivos, de forma que os mesmos se ajustem melhor aos seus respectivos caputs, possibilitando que a lei fique mais clara e objetiva.

Sala de sessões, 18 de fevereiro de 2025.

Ana Claudia Gomes
Vereadora